

**ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ – ANO 2025.**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 9h11min (nove horas e onze minutos), realizou-se, em formato híbrido, a 21ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará. A sessão ocorreu no Plenário dos Órgãos Colegiados José Wilson Sales Júnior, localizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, nº 130, bairro Cambé, Fortaleza-CE, e, simultaneamente, pela plataforma digital Microsoft Teams. A sessão foi presidida pelo Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, José Maurício Carneiro, em razão da ausência justificada do Procurador-Geral de Justiça, Haley de Carvalho Filho, que se encontrava em outro compromisso institucional. Verificado o quórum regimental, o Presidente declarou aberta a sessão, com registro de presença de 16 (dezesesseis) membros, ao total: Sheila Cavalcante Pitombeira; Maria Neves Feitosa Campos – Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, Maria Magnólia Barbosa da Silva; Luzanira Maria Formiga; Ednéa Teixeira Magalhães; Alcides Jorge Evangelista Ferreira; Leo Charles Henri Bossard II; Francisco Osiete Cavalcante Filho; Sônia Maria Medeiros Bandeira (Teams); Maria de Fátima Correia Castro; Luís Laércio Fernandes Melo; Francisco Xavier Barbosa Filho; Valeska Nedeffh do Vale (Teams); Bruno Jorge Costa Barreto; e Luiz Alcântara Costa Andrade. Estiveram ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça: Luiz Eduardo dos Santos (férias); Suzanne Pompeu Sampaio Saraiva (PGA nº 09.2025.00034867-0); e Raimunda Salomé de Oliveira Nogueira (férias). **MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO:** A ata da 20ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada dia 12/11/2025 foi aprovada por unanimidade, sem emendas, ressalvada a abstenção dos membros que não participaram da referida sessão. **COMUNICAÇÕES DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA:** Sem comunicações. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO:** O Órgão Especial, por unanimidade, tomou conhecimento da distribuição de processos constantes da pauta. **JULGAMENTO DE PROCESSOS.** A Presidência informou que foram retirados da pauta de julgamento os seguintes processos: PGA nº 09.2025.0000.6733-1, de relatoria da Procuradora de Justiça Sheila Cavalcante Pitombeira; e PA nº 01.2025.00006887-4, de relatoria da Procuradora de Justiça Maria Magnólia Barbosa da Silva. Devido ao impedimento do Procurador de Justiça José Maurício Carneiro para o julgamento do processo a seguir, a Presidência foi transmitida à

Procuradora de Justiça decana, Sheila Cavalcante Pitombeira. **01) Processo nº 09.2024.00025131-8.**

**Relatora: Procuradora de Justiça Maria Magnólia Barbosa da Silva.** Interessado: Ronaldo Jeison dos Santos. Assunto: Pedido de reconsideração em revisão administrativa de servidor, referente à aplicação da penalidade de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar.

Após apresentado o relatório do processo, a palavra foi transmitida ao requerente, que apresentou sustentação oral por 20 minutos. Posta a matéria em discussão, inscreveram-se para os debates os Procuradores de Justiça: Luís Laércio Fernandes Melo; Francisco Xavier Barbosa Filho; Luiz Alcântara Costa Andrade; Francisco Osiete Cavalcante Filho; e Luzanira Maria Formiga. A seguir, a relatora apresentou voto pelo improvimento integral do pedido, nos termos da ementa a seguir colacionada: *“Ementa: Direito Administrativo. Pedido de reconsideração em revisão administrativa. Servidor público estadual. Demissão decorrente de processo administrativo disciplinar. Reconhecimento superveniente de prescrição penal. Independência das instâncias penal e administrativa. Inexistência de fato novo apto a ensejar revisão. Pedido improvido.”* I. Caso em exame 1. Servidor público estadual demitido, após regular processo administrativo disciplinar, pela prática de infração funcional tipificada como crime contra a Administração Pública (advocacia administrativa – art. 321 do CP), em afronta ao art. 199, I, da Lei Estadual nº 9.826/74. Interpôs pedido de reconsideração ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, alegando que, na esfera penal, houve reconhecimento superveniente da prescrição da pretensão punitiva estatal, o que configuraria fato novo apto a justificar a revisão e consequente reintegração ao cargo. II. Questão em discussão 2. A questão em discussão consiste em verificar: i) se o reconhecimento superveniente da prescrição penal configura fato novo apto a ensejar revisão do processo administrativo disciplinar que culminou na demissão do servidor; e ii) se seria possível a desconstituição da penalidade aplicada, diante da alegada violação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. III. Fundamentação 3. O reconhecimento da prescrição penal não implica negativa de autoria ou inexistência do fato, únicas hipóteses em que a decisão penal repercute obrigatoriamente na esfera administrativa (art. 386, I e IV, CPP). 4. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a extinção da punibilidade por prescrição não afasta, por si só, a responsabilização administrativa, diante da autonomia relativa das instâncias 5. A pena de demissão é ato administrativo vinculado nos casos de crime contra a Administração Pública, não havendo discricionariedade para substituí-la por penalidade diversa (art. 199, I, Lei Estadual nº 9.826/74). 6. Inexistência de fato novo capaz de afastar a autoria ou a materialidade da infração funcional apurada no PAD, que foi regularmente instaurado, instruído e julgado. IV. Conclusão 7. Voto pelo improvimento do pedido de reconsideração, por ausência de fato novo, e pela manutenção da penalidade de demissão. Dispositivos relevantes citados: Lei Estadual nº 9.826/74,

arts. 191, I e II; 193, IV, VIII, XVII e XVIII; 199, I; Ato Normativo nº 120/2020, arts. 42 e 228; Código Penal, art. 321; CPP, art. 386, I e IV. Jurisprudência relevante citada: STJ, AgInt no RMS 72.423/CE, Rel. Min. Francisco Falcão, 2ª Turma, DJe 26/06/2024; STJ, AgInt no RMS 70.958/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, DJe 17/08/2023.” Com a palavra, o Procurador de Justiça Luís Laércio Fernandes Melo suscitou a necessidade de deliberação colegiada sobre preliminar, que consiste no cabimento do pedido de revisão formulado e consequente instauração de comissão para processá-la, compreendo que a causa não está madura para julgamento de mérito. A relatora votou pelo não acolhimento da preliminar, entendendo pelo improvimento do pedido de reconsideração, obstando a instauração de comissão revisora. Inaugurou a divergência, a Procuradora de Justiça Luzanira Maria Formiga, para quem o julgamento de mérito deve ficar sobrestado, sendo cabível o pedido de revisão do processo administrativo que culminou na aplicação de pena disciplinar, e constituição de comissão revisora para melhor apreciação das razões aduzidas pelo requerente. Acompanharam o voto da relatora, pela rejeição do pedido, os Procuradores de Justiça: Alcides Jorge Evangelista Ferreira; Leo Charles Henri Bossard II; Francisco Osiete Cavalcante Filho; Sônia Maria Medeiros Bandeira; e Luiz Alcântara Costa Andrade. Aderiram ao voto divergente da Dra. Luzanira Maria Formiga, pelo acolhimento da preliminar, os membros: Ednéa Teixeira Magalhães; Maria de Fátima Correia Castro; Luís Laércio Fernandes Melo; Francisco Xavier Barbosa Filho; Valeska Nedefh do Vale; e Bruno Jorge Costa Barreto. Registrado os impedimentos dos Procuradores de Justiça José Maurício Carneiro e Maria Neves Feitosa Campos. **DECISÃO: O Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, por maioria de 7 votos a favor e 6 contra, acompanhou o voto divergente proferido pela Procuradora de Justiça Luzanira Maria Formiga, dando provimento ao requerimento de revisão do procedimento administrativo que resultou na sanção disciplinar imposta ao servidor, determinando a nomeação de Comissão de Revisão, conforme previsto no Ato Normativo nº 120/2020.** O interessado, Ronaldo Jeison dos Santos, foi intimado da decisão em sessão. A condução dos trabalhos foi retomada pelo Procurador de Justiça José Maurício Carneiro.

**COMUNICAÇÕES DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA:** **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** propôs votos de congratulações à Secretária de Direitos Humanos do Estado do Ceará, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, e à Corregedora-Geral de Justiça do Estado do Ceará, a Desembargadora Marlúcia de Araújo Bezerra, em razão da passagem de seus aniversários. **Dra. Luzanira Maria Formiga** propôs votos de congratulações aos senhores José Valdo Silva, Joseana França Pinto, e César Oliveira de Barros Leal, em razão do êxito da 30ª Edição do Fórum de Ciência Penal. **Dr. Francisco Xavier Barbosa Filho** comunicou aos presentes a disponibilização de novo vídeo tutorial elaborado pela SETIN, em parceria com a

102 SECOM, destinado a orientar os membros quanto à utilização do Sistema Votus, empregado nas  
103 votações digitais para a formação de lista tríplice, visando à escolha do Procurador-Geral de  
104 Justiça e composição do Conselho Superior do Ministério Público. **Dr. Luís Laércio Fernandes**  
105 **Melo** propôs votos de congratulações aos membros vitaliciados na última segunda-feira, dia 21  
106 de novembro, extensivos à Procuradora de Justiça Maria Neves Feitosa Campos, pelos relevantes  
107 trabalhos desenvolvidos à frente da Corregedoria-Geral do Ministério Público, especialmente na  
108 orientação e acompanhamento dos novos Promotores de Justiça. **ENCERRAMENTO:** Nada  
109 mais havendo, a sessão foi encerrada às 11h30min (onze horas e trinta minutos). A presente ata  
110 foi lavrada por **Patni Mendonça Tupinambá**, Gerente de Apoio do Colégio de Procuradores de  
111 Justiça, revisada e assinada pela Promotora de Justiça e Secretária dos Órgãos Colegiados,  
112 **Liduína Maria de Sousa Martins**, e será publicada posteriormente.